

Aconteceu

Dívida externa

Luteranos defendem anulação da dívida

Suspensão do pagamento da dívida externa brasileira e "pressão moral" junto aos credores para anular os juros e o principal. Esta foi a posição dos 1,2 mil participantes da 8ª Assembléia Geral Luterana Mundial que terminou dia 8 de fevereiro, em Curitiba, capital do Paraná. Ao final do encontro, os luteranos divulgaram a mensagem "Ouvi o clamor do meu povo", com 22 páginas, abordando questões teológicas e defendendo uma nova ordem econômica internacional. Última página.



À saída da prisão onde passou 27 anos, Mandela ergue o punho cerrado. Em Soweto, a multidão festeja.

Mandela livre continua a luta contra o apartheid

O líder negro Nelson Mandela foi libertado no dia 11 de fevereiro, após 27 anos de prisão na África do Sul. Ao deixar a penitenciária, Mandela e sua esposa Winnie foram para a praça pública onde uma multidão aguardava pelo discurso do

mais antigo e famoso preso político do país. Mandela defendeu a luta armada como uma necessidade para fazer frente ao regime racista do apartheid e exortou brancos e negros a se unirem contra a discriminação. Página 11.

Em São Paulo é criada a embaixada dos povos da floresta

Página 7

Sem-Terra exigem reabertura de escola na zona rural de Londrina

Página 15

Novo trem da alegria na Câmara

O presidente da Câmara dos Deputados, Paes de Andrade (PMDB-CE), autorizou a criação de um novo "trem da alegria" no Congresso. O deputado permitiu o aumento de menos de uma centena para exatos 419 o número de assessores ocupando cargos de confiança, colocados à disposição das lideranças das bancadas. O acréscimo na folha de pagamentos, em janeiro, poderá atingir NCz\$ 60 milhões.

A decisão de permitir essas três centenas de nomeações foi publicada a 3 de janeiro no "Boletim Administrativo" da Câmara e não no "Diário Oficial".

A folha de pagamentos será onerada pela nomeação de servidores classificados no Grupo de Direção e Assessoramento Superiores (DAS). Os assessores técnicos, classificados como DAS-3 e que ganharam em dezembro em torno

de NCz\$ 45 mil, passaram de um para quatro na liderança de bancadas que possuem entre 22 e 50 deputados. Os oficiais de gabinete que se enquadram na categoria DAS-1 e que receberam em dezembro NCz\$ 35 mil, passaram de seis para 11 nos gabinetes de liderança de bancadas acima de 100 deputados.

Esses valores devem se majorar em pouco mais de 80%, além das gratificações, para o cálculo dos custos do "trem da alegria" na folha de janeiro, que ainda não está disponível para o pagamento.

Do total de 419 cargos aos quais as lideranças passam a ter direito, apenas dez não podem ser nomeados pelo critério de confiança. São os chefes de gabinete, os DAS-4, que precisam pertencer aos quadros de funcionários concursados da Câmara e recebiam, em dezembro, cerca de NCz\$ 55 mil. (FSP, 28/1/90)

Collor abre mercado de carros ao Japão

O fim da reserva de mercado na indústria automobilística foi a promessa de maior impacto feita pelo presidente eleito Fernando Collor de Mello durante sua visita, dia 29, à Federação das Organizações Econômicas do Japão, o Keidanren, principal acontecimento de sua viagem a Tóquio. O assunto foi levantado pelo empresário Takashi Ishihara, presidente da Nissan Diesel Motor Company Limited. Ele quis saber se os planos de Collor de acabar com os cartórios atualmente existentes na economia brasileira se estenderiam ao setor automobilístico, que no Brasil é dominado por quatro grandes multinacionais ocidentais - Ford, General Motors, Volks e Fiat.

"Sou contra toda e qualquer reserva de mercado e com isso acho que dei uma resposta satisfatória",

respondeu Collor, deixando claro sua intenção de acabar com o protecionismo no setor automobilístico. "Vamos aguardar com ansiedade a chegada desse momento", disse Ishihara, um dos 33 pesos pesados da economia japonesa presentes ao encontro. Collor não fez qualquer reparo ao comentário do presidente da Nissan - a segunda maior montadora japonesa, produtora de carros pequenos e médios, além de motores e caminhões -, deixando os japoneses convencidos de que a reserva de mercado no setor está com os dias contados no Brasil.

A Nissan possui fábricas no Japão, Espanha, Austrália e África e, em 1988, ficou em segundo lugar no ranking japonês, com uma produção de 2.155.122 unidades. (JB, 30/1/90)

Aconteceu n° 534
06 a 13 de fevereiro de 1990

CEDI Centro Ecumênico
de Documentação
e Informação
Rua Cosme Velho, 98 Fundos
Telefone: (021) 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ
Av. Higienópolis, 983
Telefone: (011) 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Editor
Xico Teixeira
Reg. Prof. 1928/07/16

Editora assistente
Lígia Dutra
Reg. Prof. 3407/14/60

Secretaria
Eliane Lobato

Composição
Kátia Simões
Paulo Roberto S. Garcia

Produção Gráfica
Alcino Demby

Fotolitos e Impressão
Tribuna da Imprensa

Conselho de Publicações
Carlos Alberto Ricardo
Carlos Cunha
Flávio Irala (coordenador)
Jether Pereira Ramalho
Luís Flávio Rainho
Maria Cecília Iorio
Maurício Waldman
Vera Maria Massagão Ribeiro
Xico Teixeira

Aconteceu - uma publicação semanal do CEDI - é uma resenha das notícias da semana extraídas dos jornais de maior circulação no país e de colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. Aconteceu conta ainda com a participação dos Programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil, Movimento Camponês/Igreja, Educação e Escolarização Popular, Memória e Acompanhamento do Movimento Operário, e Assessoria à Pastoral. As correspondências e assinaturas devem ser encaminhadas à redação: rua Cosme Velho, 98/fundos, CEP 22241 - Rio de Janeiro, ou por vale postal para a agência Largo do Machado n° 520845 - Rio de Janeiro, CEP 22221.

Assinatura anual: NCz\$ 80,00
Assinatura de apoio: NCz\$ 120,00

Lula e Brizola querem aliança no Rio

Como resultado dos sucessivos entendimentos entre o Deputado Luís Inácio Lula da Silva e o ex-Governador Leonel Brizola, o PT poderá abrir mão do lançamento, ainda no primeiro turno, de candidato próprio à eleição de Governador do Rio de Janeiro e disputar a sucessão de Moreira Franco em coligação com o PDT.

O prosseguimento das negociações nesse sentido foi aprovado dia 28, pela Direção Nacional do PT, na primeira manifestação conjunta da cúpula partidária petista sobre o assunto.

O Diretório Nacional do PT de-

cidou também, após dois dias de reuniões, que sua política de alianças para as eleições majoritárias e proporcionais deste ano será voltada para derrotar o Governo de Fernando Collor de Mello (PRN) na disputa eleitoral. Embora tenha decidido lançar candidatos nos Estados considerados prioritários, o partido deixou em aberto a possibilidade de alianças já no primeiro turno.

- Não acreditamos nas declarações feitas por Collor, de que não terá candidatos nos Estados. Nós vamos lançar candidatos nos Estados em que temos condições de tra-

balhar para obtermos uma bancada expressiva nas Assembleias Legislativas e na Câmara dos Deputados - informou o secretário nacional do PT, Deputado José Dirceu.

O gabinete paralelo proposto pelo Deputado Luís Inácio Lula da Silva para fazer oposição à futura administração Fernando Collor de Mello também foi aprovado pelo Diretório Nacional do PT. Ele começará a funcionar imediatamente, a partir do reagrupamento das equipes de governo formadas pelo partido no primeiro turno das eleições presidenciais. (O Globo, 29/1/90)

PT investe em frentes eleitorais

O secretário-geral do PT, deputado estadual José Dirceu (SP), afirmou que o partido está empenhado na formação de frentes para a disputa da sucessão aos governos dos Estados.

Disse que a principal característica dessas frentes será a oposição ao governo Fernando Collor, mas também não serão aceitas formações de frentes que tenham o único objetivo de "derrotar o mal

maior". Na maioria dos Estados, garantiu ele, a Frente Brasil Popular (PT, PSB e PC do B) poderá ser engrossada com o PDT, PCB, PH e setores progressistas do PSDB e PMDB.

O deputado acredita que, além de quatro governadores (MG, SP, DF e ES), o PT fará uma bancada no Congresso pelo menos três vezes maior do que a atual (de 16 deputados). José Dirceu esteve dia 8 em

Belo Horizonte (MG) para discutir o processo sucessório no Estado, mas não quis fazer nenhuma avaliação.

Disse apenas considerar normal a disputa de dois candidatos de tendências diferentes dentro do próprio partido - os deputados federais Virgílio Guimarães (apoiado pela Convergência Socialista) e João Paulo Pires (da Articulação). (FSP, 09/2/90)

Robertão é acusado de favorecimento político

O ex-chefe da Secretaria de Desenvolvimento Industrial (SDI), Ernesto Carrara, acusou, dia 8, o ministro do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, Roberto Cardoso Alves, de autorizar a implantação de indústrias no setor petroquímico em troca de favores políticos. "O ministro, talvez pelo hábito parlamentar, distribuiu projetos através da SDI, o que eu atribuo à postura ética do ministro no trato da coisa pública", afirmou o ex-secretário. Carrara foi demitido dia 7 do cargo por Cardoso Alves, em função das divergências entre o governo federal e o governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, em torno do pólo petroquímico do Rio.

Carrara afirmou que pelo menos dois projetos foram assinados por Cardoso Alves e pelo presidente José Sarney contrariando as diretrizes do Plano Nacional de Petroquímica, aprovado pelo próprio Sarney. O primeiro prevê a instalação de uma fábrica de PVC pela empresa Petrocolor e o segundo em favor da Petroquímica Triunfo, ambas no Rio Grande do Sul. Nenhuma das duas consta do PNP, que prevê investimentos no setor de US\$ 7,7 bilhões.

A demissão de Carrara foi motivada por sua participação numa solenidade de assinatura de contratos para instalação de empresas no pólo do Rio no dia 6 no Palácio Guanabara, sede do governo carioca.

Cardoso Alves havia determinado a Carrara que não fosse à solenidade. O ex-secretário alega que a assinatura dos contratos não poderia ser adiada, sob pena de inviabilizar um trabalho de sete meses para a escolha das empresas que se instalarão no pólo do Rio.

As divergências entre Cardoso Alves e Carrara vêm de muito tempo. Carrara defende a implantação do pólo no Rio e a não-duplicação do pólo do Rio Grande do Sul. Cardoso Alves e o presidente Sarney, porém, vêm estimulando o crescimento do pólo do Sul, contrariando Moreira Franco. Carrara afirma que não há possibilidade de implantação simultânea dos dois projetos. (FSP, 09/2/90)

Servidores preparam greve para barrar demissões

A reforma administrativa a ser anunciada pelo presidente eleito, Fernando Collor, corre o risco de esbarrar numa categoria profissional que tem por hábito resistir às mudanças na estrutura do governo: os funcionários públicos federais. Para enfrentar o enxugamento da máquina - e as conseqüentes demissões -, os servidores federais preparam o único contra-ataque de que dispõem - as greves.

"Não vai haver meio-termo: se houver demissões, entramos em greve", avisa em Brasília, Maria Laura Sales Pinheiro, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Distrito Federal (Sindsep).

As entidades que dirigem o fun-

cionalismo começaram a mobilizar os cerca de 1,5 milhão de servidores federais espalhados por todo o País - segundo cálculos do Sindsep - para cruzar os braços tão logo Collor anuncie as primeiras demissões. "Não tem nada de apoio crítico, Collor vai enfrentar chumbo grosso", prevê Maria Laura.

Como não dispõem de uma entidade representativa em âmbito nacional, os funcionários filiados a associações e sindicatos como o Sindsep organizam-se em torno da CUT e da CGT. "É importante que a luta seja conjunta, pois os sindicatos, isoladamente, são insuficientes", diz Maria Laura. No rastro da mobilização esboçada até o momento pela categoria, os servidores

realizam, em Brasília, nos dias 18 e 19, o Fórum Nacional de Entidades de Servidores Federais, para aprofundar a discussão das medidas propostas pela assessoria do presidente eleito.

Em todo o Brasil, os trabalhadores federais iniciam e terminam reuniões cujo tema é um só: o combate ao plano de privatização das estatais. A presidente do Sindsep, Maria Laura, não acredita em demissões em massa, mesmo com a redução dos ministérios e as privatizações anunciadas. "Collor não tem base política para isso e a reação será violenta", diz. "O servidor quer reformas, mas não as de Collor". (O Estado de São Paulo, 06/02/90)

CUT não quer demissão de servidor

O presidente da Central Única dos Trabalhadores, Jair Meneguelli, afirmou dia 8, que a entidade não vai aceitar as 180.000 demissões de funcionários públicos pretendidas pelo presidente eleito Fernando Collor de Mello. "A CUT vai se

preparar para evitar que isso aconteça", garantiu ele, explicando que a organização sindical pretende se antecipar à intenção do novo governo. "Não vamos esperar que ele demita para depois agir", disse. Meneguelli reafirmou a intenção de

somente negociar com o novo governo depois de sua posse. Ele não aceita, entretanto, participar de um pacto social ou qualquer outro projeto de entendimento nacional que pressuponha sacrifícios por parte dos assalariados. (JB, 09/02/90)

Bancários discutem greve

A Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) comunicou ao comando nacional dos bancários que as instituições financeiras não pagarão um abono de emergência equivalente a 50% do salário de janeiro em fevereiro e antecipar o pagamento deste mês para o dia 23 - normalmente os bancos pagam entre os dias 25 e 30 de cada mês. Os bancários pedem pagamento semanal betenizado, abono salarial de 2,8 salários e correção dos valores do auxílio-creche e alimentação.

O comando nacional dos bancários - que reúne os principais sindicatos do país - se reúne dia 13 para decidir se mantém ou não a greve nacional da categoria marcada para o dia 14. A tendência, face ao abono que será pago pelos banqueiros, é adiar o movimento. A comissão de negociação da Fenaban marcou uma nova reunião com os dirigentes sindicais para março. (JB, 09/02/90)

Metanol ainda sem solução

O diretor de Abastecimento do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), Geraldo Lessa da Cunha Canto, afirmou que não cabe ao CNP deliberar sobre o uso de equipamentos de segurança específicos para uso de frentistas e caminhoneiros no caso do metanol. "Isso não é atribuição do Conselho. Alguém obviamente tem que pagar pelas máscaras, luvas e botas. Mas só pode ser o dono do posto ou a distribuidora, porque os frentistas ou os usuários de veículos a álcool não têm nada com isso", disse Cunha Canto.

Frentistas e caminhoneiros que transportam combustível estão reivindicando do CNP uma definição sobre as medidas de segurança e sobre quem deve pagar por elas. Os caminhoneiros autônomos ameaçam deflagrar uma greve nacional se o CNP decidir que os equipamentos de segurança são de sua responsabilidade. (JB, 07/02/90)

Decreto de Sarney mina plano ambiental em RO

Um empréstimo de US\$ 220 milhões (NCz\$ 4,4 bilhões no câmbio oficial) do Banco Mundial destinado ao Projeto de Manejo de Recursos Naturais de Rondônia está ameaçado de suspensão desde o dia 31 de janeiro passado. A situação foi provocada pelo decreto 98.894, baixado pelo presidente José Sarney, que revoga o decreto que criou a área indígena Uru-eu-wau-wau, no oeste de Rondônia, em 1985.

O projeto visa a continuação e a reforma ambiental do Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste (Polonoroeste). Uma coligação de 36 grupos ambientalistas, no Brasil e no exterior, considera a medida uma demonstração do desprezo do governo brasileiro pelos índios e pelos problemas ambientais da Amazônia.

A reserva dos Uru-eu-wau-wau

foi a primeira área de índios arredios demarcada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) no Brasil e a única que também é reserva ambiental. Dos seus 18 mil quilômetros quadrados, 7,5 mil quilômetros quadrados integram o Parque Nacional de Pacaas Novas. Em 1985, sensibilizado com o impacto da estrada BR-364 sobre o meio ambiente e a população do local, o Banco Mundial suspendeu os desembolsos para o programa Polonoroeste. Para proteger os 1,2 mil índios na mira da frente de expansão, o governo brasileiro criou a reserva dos Uru-eu-wau-wau. Foi a primeira vitória dos movimentos ambientalistas, no Brasil e no exterior, sobre o Banco Mundial e o governo brasileiro. A reserva é um tótem.

O decreto do presidente, que preserva integralmente o Parque de

Pacaas Novas e determina o "reestudo dos limites" da área indígena, intrigou os observadores. Baixada em final de governo, a medida mina a negociação do Projeto de Manejo de Recursos Naturais de Rondônia, no momento em que as organizações ambientalistas questionam a credibilidade do governo brasileiro, que não cumpriu os compromissos de 1980 do Polonoroeste. Prejudica, também, os interesses do governador Jerônimo Santana, de Rondônia, empenhado nas eleições deste ano.

Quinze agências, instituições e secretarias de governo seriam beneficiadas com recursos do projeto. Aparentemente, o ato presidencial atende apenas a políticos e empresários do oeste de Rondônia que querem explorar cassiterita e madeira nas terras indígenas. (FSP, 8/2/90)

Aviões levam garimpeiros para área indígena

Mais de 40 aviões iniciaram dia 5 o transporte de garimpeiros, equipamentos e alimentos para as áreas Catrimâni-Couto de Magalhães e Uraricoera, dentro da Floresta Nacional de Roraima, onde os garimpeiros poderão continuar suas atividades, embora contrariando o Decreto nº 98.502, de 12 de dezembro de 1989, e a liminar deferida pelo juiz Novelty Vila Nova da Silva Reis, da 7ª Vara Federal do Distrito

Federal, que determinam a retirada dos garimpeiros das áreas indígenas Yanomami e da Floresta Nacional de Roraima. As lideranças garimpeiras de Roraima não concordaram com a criação da reserva garimpeira Uaricaá Santa Rosa por já estar deteriorada e sem condições de abrigar os milhares de garimpeiros que atuam em Roraima.

"O novo acordo proposto pelo

ministro Saulo Ramos estabelece que as duas áreas existentes dentro da Floresta Nacional poderão ser utilizadas pelos garimpeiros", afirma o presidente da União Sindical dos Garimpeiros da Amazônia Legal (Usagal), José Altino Machado, que garante a retirada dos garimpeiros das áreas dos Yanomami para cumprir a parte do acordo firmado com o ministro Saulo Ramos. (JB, 6/2/90)

Defesa dos índios ameaça Saulo Ramos

O coordenador da Defesa dos Direitos e Interesses Indígenas da Procuradoria Geral da República, Carlos Vitor Muzzi, afirmou dia 6 que poderá entrar com recurso, no Supremo Tribunal Federal, contra o ministro da Justiça, Saulo Ramos, que autorizou a entrada de garim-

peiros em áreas de Floresta Nacional, em Roraima. A Justiça Federal, em Brasília, proibiu o garimpo nas florestas nacionais e determinou a retirada dos garimpeiros que ocupavam a reserva dos índios Yanomami. Saulo Ramos, no entanto, entende que a decisão só atinge a

reserva dos Yanomami e poderá ser processado por desobediência à ordem judicial.

O ministro fez, durante a visita a Roraima, um acordo informal com os garimpeiros autorizando a exploração do ouro em florestas nacionais. (FSP, 27/1/90)

Filme sobre morte de índia irrita ministro

O ministro da Justiça, Saulo Ramos, determinou dia 6 ao diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, que seja aberto um inquérito para apurar se jornalistas franceses filmaram a morte de uma índia Yanomami em Roraima. Caso seja comprovada a filmagem e omissão de socorro por parte dos jornalistas, o ministro insiste que eles sejam presos. No documento enviado à Polícia Federal, Saulo Ramos não considera a hipótese de que a filmagem tenha sido

feita enquanto médicos prestavam atendimento à índia.

A informação de que havia médicos ao lado da índia foi dada pela assessora de comunicação da Procuradoria Geral da República, Memélia Moreira, organizadora da viagem de médicos e jornalistas franceses à área Yanomami. Dia 5, o ministro disse que se houve atendimento médico, não se caracterizaria a omissão de socorro. Segundo a assessora, a filmagem foi feita pelo jornalista

Jacques Douai enquanto dois médicos brasileiros atendiam a índia. Douai, que esteve no Brasil pela emissora francesa de TV Antenne 2 entre 21 de janeiro e 3 de fevereiro, disse que a filmagem foi feita enquanto a índia era atendida em hospital.

Estiveram com Douai no Brasil o jornalista Noel Memere, Patrick Aeberhardt e Jacques Assauline, representantes da associação francesa de utilidade pública Médecins du Monde. (FSP, 7/2/90)

Médico diz que cenas lembram Etiópia

O médico francês Patrick Aeberhardt, que esteve na área Yanomami no mês passado, disse que "as autoridades brasileiras estão em má posição para falar em omissão de socorro aos Yanomami, já que uma equipe de médicos franceses da Médecins du Monde foi convidada a se retirar em 86 e deste 87 não há mais médicos junto aos índios".

Aeberhardt disse que constatou uma grande degradação em relação a 86: "A impressão é que o governo não fez nada e o território foi invadido por gente que leva todo tipo de doença e problemas aos índios. Eu estive nos mesmos lugares e o que vi foi uma população profundamente alterada, com pessoas em péssimo estado de saúde, em avançada desnutrição por causa da destruição do sistema ecológico. Todo seu sistema de vida foi destruído. Eu vi mulheres que me lembraram cenas que pudemos ver na Etiópia".

Aeberhardt disse que a entidade desenvolveu uma missão junto aos Yanomami, entre 1984 e 1986, da qual ele fez parte: "Fomos substituídos por uma equipe brasileira que ficou cerca de um ano, mas desde

1987 não há mais um único médico na área. O que nós propomos é retomar nosso programa de assistência médica, com meios materiais importantes".

A Médecins du Monde é uma das organizações humanitárias mais importantes da França, especializada em assistência médica. Foi criada em 1980 por Bernard Kouchner - atual secretário de Estado da Ação Humanitária - a partir de uma cisão da Médecins de Frontiers. A filosofia e os métodos são iguais.

A Médecins du Monde tem cerca de dez mil médicos e en-

fermeiras, dos quais pelo menos 600 saem em missão a cada ano. Seu objetivo é o socorro médico e humanitário de urgência, intervenções em períodos de guerras, catástrofes e auxílio aos carentes. Está presente em 40 países. No Brasil, desenvolve um trabalho médico-sanitário há cinco anos em Fortaleza (CE). Assim como a Médecins de Frontiers e a Aid Medicale Internationale, vive de contribuições privadas. Recebem financiamentos de instituições como a OMS (Organização Mundial da Saúde). (FSP, 7/2/90)

Operação Saúde para salvar os Kaiapó

A Fundação Mata Virgem e a Escola Paulista de Medicina (EPM) iniciam, no dia 16 de fevereiro, uma Operação Saúde que custará à Fundação cerca de US\$ 18 mil.

A equipe visitará em primeiro lugar os três mil índios do Xingu e depois irá até o sul do Pará, onde se encontram mais quatro grupos Kaiapó. Segundo o diretor da Escola Paulista de Medicina, Roberto Banuzzi, os últimos levantamentos continuam apontando a malá-

ria como a doença mais comum entre os índios, principalmente os Txucarramãe da nação Kaiapó.

A operação será coordenada pelo diretor do parque indígena do Xingu, Megaron Txucarramãe, e mais uma equipe de dez médicos. Com os dados levantados até 28 de fevereiro, o Departamento de Medicina Preventiva da EPM elaborará a segunda fase do programa, que começará em abril ou maio. (OESP, 6/2/90)

UNI cria a Embaixada da Floresta

A UNI (União das Nações Indígenas), entidade que reúne cerca de 200 tribos brasileiras, formalizou dia 27 em São Paulo a criação da "Embaixada dos Povos da Floresta". Participaram da cerimônia a secretária municipal da Cultura, Marilena Chauí, o cantor Milton Nascimento e representantes de doze nações indígenas.

A "embaixada", que passará a funcionar este mês e que está instalada num imóvel tombado (Casa do Sertanista), cedido pela Prefeitura, terá como principal atividade a divulgação de informações da cultura indígena. A cessão do imóvel para a instalação da "embaixada" foi feita por tempo indeterminado e atende a um pedido, formulado em 1988, no qual a UNI se comprometia junto à Prefeitura a oferecer um conjunto de serviços à população de São Paulo.

Segundo o coordenador geral da UNI, Aylton Krenak, o espa-

ço não será usado "para fazer gestos políticos formais, mas para atividades culturais que aproximem as populações indígenas do homem urbano". Entre os serviços propostos, que não representarão ônus ao município, estão a elaboração de exposições mensais sobre a produção cultural indígena e debates. Um dos temas destacados pelo coordenador é a invasão garimpeira nas terras Yanomami.

Além disso, será montada uma biblioteca especializada em títulos indígenas, com o acompanhamento de monitores para orientar a consulta. Essa biblioteca começará a ser montada no próximo mês e contará "com doações das editoras catalogadas", diz Krenak, já que a UNI atualmente está "sem verbas".

Krenak explica que a única relação da "embaixada" com a administração municipal é o decreto cedendo o uso do imóvel. (FSP, 28/1/90)

Bispo sofre agressão e acusa a UDR

O bispo da região do Xingu (PA), d. Erwin Krautler, presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), foi agredido e ameaçado de morte a socos por um desconhecido em sua casa, no município de Altamira (PA). O fato ocorreu há quase um mês, mas só no dia 5 o bispo, convencido pelo Cimi, fez a denúncia em São Paulo.

O bispo disse que o desconhecido lhe deu três socos no peito e gritou que tinha ido à casa para matá-lo. Depois fugiu em um táxi. As ameaças, segundo Krautler, começaram dia 20 de dezembro, quando celebrou uma missa numa vila na Transamazônica. No dia 24, a pequena igreja da vila foi destruída por um trator, a mando de fazendeiros ligados à União Democráti-

ca Ruralista (UDR), disse Krautler. Ele acusou os fazendeiros Pedro Biancardi e José Biancardi de "estarem por trás de tudo".

Um funcionário da prelazia afirma que Krautler, os padres Alírio Bervian e Oscar Fuhr, e Benedito Prado, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade, integram uma lista de pessoas marcadas para morrer. (FSP, 9/2/90)

• O médico Antônio Gonçalves de Andrade, diretor da União Democrática Ruralista (UDR) em Altamira (PA), disse que a entidade não tem conhecimento da agressão ao bispo d. Erwin Krautler. "A UDR não sabe de nada e não tem nada a ver com isso", disse. (FSP, 9/2/90)

Índios passam privações no interior baiano

Sem comida, trabalho e assistência médica, 600 índios Kiriri estão sob ameaça de extermínio, no recém-emancipado município de Banzaré, a 250 quilômetros de Salvador (BA). Eles passam fome desde o final do ano, quando uma chuva torrencial destruiu completamente suas aldeias e plantações. Para agravar a situação, os índios estão em litígio com o prefeito Edval Calazans de Macedo (PL), acusado por eles de ter invadido parte das suas terras.

A maioria dos Kiriri é formada por crianças com menos de 10 anos. Eles estão acampados em barracas de tábuas, cobertas por lonas, no centro do povoado de Mirandela, recebendo apenas ajuda esporádica da prefeitura de Ribeira de Pombal - do qual Banzaré foi emancipado -, que semanalmente envia cestas básicas de alimentos, em quantidade insuficiente para atendê-los.

Lavoura

Das seis aldeias dos índios instalados na região, três foram inteiramente destruídas pelas chuvas, e as lavouras de milho, feijão e mandioca se perderam totalmente. A Funai tem enviado alimentos, também em quantidade insuficiente para as 55 famílias que estão acampadas em Mirandela, e há ainda ajuda de entidades filantrópicas da região, mas o chefe do escritório local da fundação, Fernando Sousa Caetano, acha que, sem o apoio organizado dos poderes públicos, a situação se tornará insustentável.

Em conflito

Na semana passada, uma centena de famílias de posseiros do antigo seringal Belo Jardim, na vizinhança de Rio Branco, Acre, sofreu horas de terror. Armados de revólveres e espingardas, 13 jagunços as expulsaram e incendiaram algumas casas.

Os conflitos no seringal começaram em julho, quando a área foi vendida ao maior frigorífico do Estado, o Frisacre. (Canal 3, OESP, 06/02/90)

Entre-rios

O secretário particular do presidente José Sarney, Augusto Marzagão, vê características maquiavélicas na briga do governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, pelo pólo petroquímico, que o governo federal dividiu com o Rio Grande do Sul.

- Ele queria obrigar o Brizola a ter de se definir entre o Rio Grande e o Rio de Janeiro - diz Marzagão. (Canal 3, OESP, 06/02/90)

Imprevisível

Do ex-presidente Jânio Quadros, sobre as chances do presidente eleito, Fernando Collor, diante da crise brasileira:

- O clima é tão ruim que não há bola de cristal que não esteja embaçada. (Canal 3, OESP, 06/02/90)

Vapores mortais

A proliferação de casas de compra e venda de ouro no centro de Santarém, Pará, forçou o bispo dom Lino Vomboemmel a buscar outra moradia.

O mercúrio usado na purificação do ouro empesteia o ar em toda a região. (Canal 3, OESP, 06/02/90)

Precisava exagerar?

Encerrava-se dia 4 o encontro do PMDB de Mato Grosso, em Cuiabá, quando o governador Carlos Bezerra decidiu dar uma palavra de estímulo aos militantes. Para ganhar as eleições, ensinou, é preciso imitar os peles-vermelhas americanos, que se preparavam para a luta durante um mês:

- Para não desperdiçar energia, eles nem dormiam com suas mulheres - animou-se Bezerra.

Fez-se silêncio. O governador olhou para a platéia e completou:

- Bem, mas também não precisamos chegar a tanto... (Canal 3, OESP, 06/02/90)

Beicinho

O vice-presidente eleito, senador Itamar Franco (PRN/MG), recebeu dia 9, em Juiz de Fora, a visita da santíssima trindade de Collor: os deputados Bernardo Cabral, futuro ministro da Justiça, Renan Calheiros, líder do PRN, e o senador Carlos Chiarelli, líder do governo.

Itamar vem fazendo beicinho recusando mesmo visitar Brasília antes do início de março.

Ou seja, Itamar ainda não colloriu. (Informe JB, 07/02/90)

Mais um

O ex-deputado federal, ex-prefeito e ex-ministro Dante de Oliveira, de Mato Grosso, está de malas prontas para desembarcar no PDT.

Vai abandonar o PMDB. (Informe JB, 07/02/90)

Deus é poder

Os evangélicos, que na semana passada promoveram, em Brasília, o Congresso Geração 90, com a participação de 4 mil jovens, querem mesmo conquistar mais espaço na política.

Sem cerimônia e sem modéstia, o pastor presbiteriano carioca Caio Fábio D'Araújo Filho aproveitou o encerramento do congresso, na Praça dos Três Poderes, para pedir a Deus, em oração, "que nos ponha nos lugares mais estratégicos da nação".

Jesus Cristo vem aí! (Informe JB, 07/02/90)

Crime

Num bar sem nome ao lado do Mercado Municipal de Pinheiros, tradicional reduto da classe média paulistana, já estão cobrando NCz\$ 10 por um copinho de água Lindoya.

Isso já não é nem hiperinflação.

É estelionato puro e simples.

Nos países que Collor está visitando dá cadeia. (Informe JB, 07/02/90)

Educação

O professor Paul Kennedy, da Universidade de Yale, cujo livro sobre o declínio do império americano está provocando uma grande polêmica, sustenta que um país para poder aspirar a uma posição de destaque no cenário internacional tem que investir pesadamente na educação.

No Brasil, a educação é um caso de calamidade pública. No Rio, um professor do município está ganhando NCz\$ 3.009 e, do Estado, NCz\$ 2.224,56.

Pagando salário de 56 dólares por mês, o sonho de um Brasil potência é sonho, apenas. (Informe JB, 06/02/90)

Viva Limoeiro

Do governador Miguel Arraes, que anda irritado com o deputado federal Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), que o acusou de estar invadindo seu território político em busca de votos para deputado federal:

- Acho que vou começar minha campanha de deputado em Limoeiro. Limoeiro é a terra natal de Maurílio. (Informe JB, 06/02/90)

Em campanha

O ex-governador Waldir Pires já se definiu: é candidato a candidato a deputado federal na Bahia, pelo PDT - seu novo partido. (Informe JB, 06/02/90)

Aliás

Sua mulher Yolanda é candidata a candidata a deputada estadual pelo Rio de Janeiro, onde moram seus quatro filhos. (Informe JB, 06/02/90)

E mais

A idéia fixa de Waldir é fisgar o governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, para o partido de Leonel Brizola. (Informe JB, 06/02/90)

Calotaço

A dívida da Companhia Siderúrgica Nacional com o Estado do Rio alcança hoje NCz\$ 2 bilhões.

Dinheiro que falta para tocar algumas obras importantes para o povo fluminense. (Informe JB, 06/02/90)

Insistente

O cantor e compositor Chico Buarque de Holanda aproveitou o show de domingo à noite, em Brasília, para dizer que continua "sem medo de ser feliz" e impressionado com a felicidade geral estampada no noticiário da viagem de Collor ao exterior.

"Tá todo mundo feliz. O Bush, os japoneses, o FMI...", ironizou. (Informe JB, 06/02/90)

Nossa Biafra

O ministro da Justiça, Saulo Ramos, confessa que ficou muito impressionado com a situação de desnutrição dos índios Yanomami que visitou na aldeia Papiu, em Roraima:

- As crianças Yanomami estão tão desnutridas que parecem aquelas de Biafra e vivem em completo estado de miséria.

Biafra, como se sabe, é uma das regiões mais pobres do mundo e que apresenta uma das maiores taxas de mortalidade infantil. (Informe JB, 06/02/90)

Sumiço dos bois

O economista José Milton Dallari, que coordena a área de abastecimento na equipe de transição do novo governo, vasculhou os números do IBGE e ficou de orelha em pé.

Foi registrado o abate de 13 milhões de cabeças de gado em 1988, mas o mesmo IBGE apurou 21 milhões de peles tratadas. Já a indústria, apurou Dallari, processou 22 milhões de peles.

Esta divergência de números, segundo Dallari, atende pelo nome de sonegação. (Informe JB, 06/02/90)

Estocada

O governador de Goiás, Henrique Santillo, tem usado todas as armas ao seu alcance na luta que trava com o ministro da Agricultura, Íris Rezende, pela única vaga ao Senado nas eleições deste ano.

Uma das armas que mais incomoda seu adversário é o barulho que o governador provoca a cada *round*, revelando conversas preliminares com o ministro e tentando vendê-las como acordos.

A alguns amigos, recentemente, Íris queixou-se:

- Todo político tem um cacoete quando está tenso. O Tancredo esfregava as mãos e balançava as pernas. Outros comem a gravata. Mas o Santillo, quando fica nervoso, convoca uma entrevista coletiva. (Informe JB, 06/02/90)

Inflação

A inflação de janeiro, divulgada no dia 30 pelo IBGE, bateu novo recorde: 56,11%. Com isso, a caderneta de poupança teve remuneração de 56,89%. Se esse resultado de janeiro se repetisse ao longo dos próximos 11 meses, a inflação de 1990 seria de 20.849,25%.

O governo também divulgou o salário mínimo de fevereiro: NCz\$ 2.004,37. Os que ganham até três mínimos terão reajuste integral pelo IPC. A previsão é de a inflação ultrapassar os 70% em fevereiro. (JB, 31/01/90)

Ênfase

A direção nacional do PT tem demonstrado um empenho bem maior que os dirigentes fluminenses do partido em selar uma aliança para as eleições desse ano no Rio. (Painel, FSP, 06/02/90)

Agora é cinza

No último dia 4, nos jardins de uma mansão de Brasília, diplomatas romenos foram vistos incinerando uma pilha de livros. Nas cinzas um título foi identificado: "Concepção do presidente Ceausescu sobre Desarmamento e Paz". (Painel, FSP, 06/02/90)

Triângulo das Bermudas

O chefe do Gabinete Civil, Luís Roberto Ponte, procura um projeto de decreto submetido no ano passado a Sarney e que simplesmente desapareceu em algum gabinete no Planalto. Mais um daqueles mistérios insondáveis do poder. (Painel, FSP, 09/02/90)

Antecipação

O projeto em questão transfere o Inamps para o Ministério da Saúde. Uma medida que Collor pretende anunciar nos primeiros dias de governo, mas que Sarney pode "azedar", antecipando-a. (Painel, FSP, 09/02/90)

Justiça desafia Reagan no caso Irã-contras

A intransigência do ex-presidente Ronald Reagan, ao se negar a depor sobre sua eventual participação no escândalo Irã-contras, começou a ser seriamente desafiada por um juiz federal, dando início a uma disputa jurídica que poderá ir parar na Suprema Corte. O magistrado encarregado do julgamento do ex-assessor de segurança nacional da Casa Branca, Almirante John Poindexter, considera "inconcebível" que Reagan se esconda atrás da doutrina de "privilégios ao executivo" e exige que o ex-presidente responda a 154 das 183 perguntas sugeridas pela defesa.

O tribunal de apelações que está revendo o caso da condenação do

coronel Oliver North, outro réu do caso Irã-contras, também recebeu, dia 6, uma nova carga contra Reagan: os advogados de defesa disseram que North foi condenado (em três crimes menores), entre outras razões, porque o juiz não considerou necessário o depoimento do ex-presidente. Tanto North quanto o seu chefe na época do escândalo, o almirante Poindexter, mudaram na Justiça as alegações que faziam na época da investigação parlamentar e afirmaram que Reagan havia autorizado a operação ilegal.

O fantasma do maior escândalo político de seu governo perseguiu Reagan nos últimos três anos em que esteve na Casa Branca, mas ele

pôde sair praticamente sem nenhum arranhão. Para todos efeitos ficou valendo sua versão de que ele não sabia que seus subordinados estavam fornecendo armas clandestinamente para o Irã e utilizando os lucros para financiar e armar os contras nicaraguenses - uma operação totalmente ilegal, pois, para começar, estava completamente proibido pelo Congresso dar qualquer ajuda aos contras.

O juiz federal Harold Greene, encarregado do caso, exigiu que Reagan mostre partes específicas do seu diário pessoal, onde Poindexter acha que há provas de que ele sabia dos detalhes da operação Irã-contras. (JB, 07/02/90)

Polícia peruana fere candidato de esquerda ao governo

O ministro do Interior do Peru, Agustín Mantilla, renunciou na noite de quarta-feira (07/02), horas depois de o candidato presidencial Henry Pease, da Esquerda Unida, ter sido ferido a bala pela polícia durante uma marcha eleitoral no centro de Lima.

Em sua carta de renúncia, o ministro disse que a ação policial "foi injustificável". Esse foi o pior incidente ocorrido até agora na campanha para a eleição de 8 de abril,

que elegerá o sucessor do presidente Alan García.

Antes de apresentar sua renúncia, Mantilla divulgou um comunicado anunciando a destituição de dois oficiais da Polícia Nacional: o comandante da unidade que participou da repressão à manifestação eleitoral e um major, "responsável direto pelo incidente".

Segundo o comunicado, os policiais reprimiram a marcha com gás lacrimogêneo e tiros de escopeta

com bala de chumbo, arma cujo uso pela polícia foi recentemente proibido.

Além de Pease, atingido na perna, foram feridos os candidatos a senador Ronald Gibbons e a deputado Oscar Ugarte. A proibição do uso da escopeta pelos policiais foi decidida há pouco tempo pelo governo, depois de uma onda de protestos contra a violência peruana na repressão a manifestações. (JB, 09/02/90)

Índios americanos vivem na miséria

Restam menos de 1,5 milhões de índios peles-vermelhas nos Estados Unidos, de acordo com o último censo, cujos resultados foram divulgados dia 8 em Nova York. O levantamento, do Governo americano, fornece um quadro de-solador da situação das tribos no país, no exato momento em que autoridades e instituições dos EUA saem em defesa da sobrevivência de comunidades indígenas em outras partes do Mundo, especialmente no Brasil, onde várias organizações

assistenciais e religiosas trabalham, às vezes em conflito com governos locais.

A tribo mais numerosa é a dos Cherokee, com 232.080 membros, seguidos dos Navajos, com 158.633. Os Sioux, que séculos atrás ocupavam largas partes do território americano, se encontram hoje reduzidos a apenas 78.608. Enquanto os Chippewa ainda têm 73.602 sobreviventes os Choctaw contam com 50.220 e os Pueblos, 42.552.

Casos preocupantes são os das tribos Iroqueses (com 28.218) e Apaches (com 35.861), que já foram das mais poderosas, em termos de membros.

Segundo o censo, os antigos donos do território americano são mais pobres e menos instruídos que o restante da população do país. Grande parte dos peles-vermelhas vive confinada nas reservas e rejeitam as condições de integração com os brancos. (O Globo, 09/02/90)

Mandela, livre, exorta negros à luta armada

Em seu primeiro discurso, o líder negro Nelson Mandela, que acabava de ser libertado após ter cumprido mais de 27 anos de prisão, disse dia 11 para as cerca de 60 mil pessoas que o saudavam em uma praça central da Cidade do Cabo, que os fatores que o levaram à criação do setor armado do Congresso Nacional Africano (CNA) persistem. - Por isso, a única saída é continuar a luta armada - acrescentou.

Mandela, de 71 anos, saiu de manhã da Penitenciária Victor Verster, em Paarl, a 50 quilômetros da Cidade do Cabo. A televisão transmitiu para todo o país o momento em que ele transpunha o portão e saudava, com o punho direito fechado, a multidão que desde o início da manhã aguardava aquele instante. Em meio a bandeiras do CNA formou-se então uma caravana que o acompanhou, juntamente com sua mulher, Winnie, até a Cidade do Cabo.

Diante da Prefeitura, Mandela reiterou as condições do CNA para se pôr fim à luta: suspensão imediata do estado de emergência e a libertação de todos os presos políticos. E exortou os brancos sul-africanos a se unirem aos negros "para a criação de um novo país". "A supremacia branca tem de acabar", frisou.

Mandela fora apresentado à multidão por seu companheiro de direção do CNA Walter Sisulu, também este libertado há poucos meses. Seu discurso, de 15 minutos, foi constantemente interrompido por palmas. Em determinado trecho, ele pediu à comunidade internacional que mantenha o isolamento da África do Sul, para facilitar, internamente, a eliminação do regime de segregação racial. Mas ao mesmo tempo qualificou o presidente Frederick de Klerk de "um homem íntegro".

- Nós precisamos agora lutar juntos para a criação de uma África do Sul unida, democrática e não racista - disse Mandela.

Ao final do discurso, ele se definiu como "um humilde servidor do povo sul-africano, não como um profeta", e traçou para o país o perfil de uma sociedade "na qual negros e brancos, vivam com harmonia e com as mesmas oportunidades". E concluiu:

- Por essa idéia estou pronto para morrer. Depósito em vossas mãos os anos que me restam de vida.

Condenado à prisão perpétua em 1964, pelo crime de traição ao Estado, Mandela foi libertado um dia depois de o presidente De Klerk ter anunciado tal decisão. Imediatamente milhares de pessoas começaram a agitar bandeiras e cartazes no centro da Cidade do Cabo. (O Globo, 12/2/90)

Vinte e sete anos de luta pela liberdade

A libertação de Nelson Mandela ocorre após uma permanência de mais de 27 anos (exatamente 9.580 dias em diferentes prisões da África do Sul. Detido a 5 de agosto de 1962, ele foi condenado à prisão perpétua dois anos mais tarde.

A seguir, os fatos mais marcantes do período em que o líder negro ficou preso:

—**Em 1982** ele foi transferido para a penitenciária de Pollsmoor, onde recebe autorização para receber sua mulher, Winnie, 30 vezes por ano, em visitas de no máximo 40 minutos.

—**Agosto de 1988.** Mandela é internado num hospital da Cidade do Cabo para se curar de uma tuberculose. Terminado o tratamento ele é autorizado a convalescer numa clínica particular.

—**Novembro de 1988.** O Ministro da Justiça, Kobie Coetsee, anuncia que Mandela não retornará à prisão, devendo permanecer no entanto sob confinamento. Dias mais tarde ele é instalado numa casa da administração da peni-

tenciária de Paarl. Concedem-lhe o direito ilimitado de visita, que sua família rejeita. Pouco antes do Natal, recebe durante seis horas a visita de quatro co-acusados em 1964, igualmente condenados à prisão perpétua. Entre eles estava Walter Sisulu, ex-Secretário Geral do Congresso Nacional Africano (CNA).

—**Outubro de 1989.** Libertação de Sisulu e de mais sete dirigentes do CNA.

Um mês mais tarde ocorre o primeiro encontro do Presidente De Klerk com Nelson Mandela, que para tanto foi levado ao Palácio de Thuyhuys, retornando depois à prisão.

—**8 de janeiro de 1990.** Mandela anuncia, por intermédio da mulher, que sua libertação é apenas uma questão de dias.

—**2 de fevereiro.** O Presidente sul-africano informa ao país que Mandela será libertado sem condições, em data a ser decidida pelo governo.

—**11 de fevereiro.** Mandela livre. (O Globo, 12/2/90)

Pedido de auditoria na FAE dá demissão

Por ter pedido a abertura de uma auditoria ao presidente da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), Agostinho Celso Cilento Giusti, o representante do órgão em Goiás, ex-deputado estadual Idelfonso Avelar, recebeu como resposta sua demissão sumária do cargo, via telex. Avelar, queria que fossem apuradas denúncias de fatos ocorridos nos últimos dez anos que dizem respeito à atuação de Roberto Kafuri, há 30 anos no cargo, dentre elas a de que "teria utilizado, em benefício pessoal, a firma

transportadora em que é diretor - TCRM" e o "repasso para fins eleitorais de 38 toneladas de alimentos da merenda escolar".

Roberto Kafuri, que dirige atualmente a Coordenadoria da Merenda Escolar - CEAE -, diz que Avelar "foi muito infeliz em suas colocações, porque com isso quer apenas tirar proveito político e se reeleger a deputado no próximo pleito". Se diz de consciência tranqüila.

Indignado, Idelfonso analisa que não consegue entender por que o

presidente da FAE, Agostinho Cilento, ao receber documentos confidenciais, pedindo a sindicância, em vez de tomar providências, chamou o Roberto Kafuri a Brasília, "e depois me demite do cargo. Deve ter muita coisa escondida por trás disso tudo.

Eles sempre tentaram impedir que descobrissemos alguma coisa, inclusive com um regime ditatorial dentro do programa de alimentação. É preciso apurar as coisas nos seus mínimos detalhes". (Correio Brasiliense/DF, 31/01/90)

Repetência e evasão escolar crescem nos anos 80

Os índices de repetência e evasão escolar no país estão aumentando desde o início da década de 80. Essa é uma das principais constatações da publicação "Criança e Adolescente", do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Apesar de os dados analisados serem referentes ao período 1979-1987, a tendência observada naquela época está sendo mantida, segundo o consultor de política social da Unicef no Brasil, Rubem Cervini. Entre 79 e 85, os índices de evasão escolar e repetência cresceram, respectivamente, 24% e 14%.

No mesmo período em que houve um aumento de repetência e evasão, também ocorreu um cresci-

mento do índice de escolarização no Brasil. A taxa de crianças de 7 a 9 anos que freqüentavam a escola subiu de 70,7%, em 81, para 84,5%, em 87. Entre as crianças de 5 e 6 anos, o índice de escolarização praticamente dobrou, subindo de 23,5% para 46,9%. Para as crianças de 10 a 14 anos, a escolarização subiu bem menos, de 78,7% para 82,3%.

Rubem Cervini atribui o aumento da repetência e da evasão a dois fatores. Um deles está diretamente associado ao crescimento da escolarização. Cervini afirmou que houve um "inchaço" da rede pública escolar, em detrimento da deteriorização da qualidade de ensino. Se-

gundo ele, foi criada uma "situação artificial" no ensino público do país, na qual houve um aumento do número de matrículas sem melhoria da eficiência do ensino.

Outro fator determinante para a repetência, segundo o funcionário da Unicef, foi o agravamento da crise econômico-social, no período 81/84.

A Unicef calcula que, atualmente, 44% das crianças e adolescentes brasileiros vivem em famílias carentes, com renda mensal per capita (por indivíduo) de até meio salário mínimo. Muitas crianças e adolescentes abandonam a escola para trabalhar. (Folha de São Paulo, 03/02/90)

Vagas ociosas revelam crise na Universidade

Procuram-se alunos. Uma placa com esses dizeres caberia perfeitamente na porta das universidades brasileiras, quase todas às voltas com um fenômeno: as vagas ociosas. Ao término de cada um dos concursos de vestibular realizados neste início de ano, revelam-se números alarmantes. Na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) sobraram 827 das 1.110 vagas; na Universidade

Federal Fluminense (UFF), 611 vagas ficaram ociosas somente na primeira fase do vestibular; 300 sobraram na PUC do Rio Grande do Sul e 570 na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ao final de seus concursos.

A crise econômica e a consequente necessidade de trabalhar mais cedo interfere na preferência dos alunos antes mesmo de chegarem às portas do vestibular. No 2º

grau, a procura por cursos técnicos aumentou em cerca de 20% de 1988 para 1989, no Rio, e a pressão para a criação de cursos noturnos é cada vez mais forte, segundo informa o coordenador de 2º grau da Secretaria de Estado de Educação, Murilo Alves da Cunha. Para ele, a concentração dos alunos em cursos noturnos explica o baixo desempenho no vestibular e a criação de vagas ociosas. (JB, 04/02/90)

TV Cultura cria pré-escola eletrônica

As tevês educativas de todo o País começam a transmitir o **Rá-Tim-Bum**, um programa infantil que pretende ser a pré-escola eletrônica de dois terços das crianças brasileiras de quatro a seis anos que não encontram lugar nas pré-escolas de verdade. Preparado pela TV Cultura, de São Paulo, o programa consiste de 187 capítulos e tem uma proposta pedagógica idêntica à da **Vila Sésamo**, programa de origem norte-americana que é transmitido em 27 países e passou pelo Brasil (com blocos adaptados) entre 1972 e 1976.

Pela Cultura, o programa será transmitido diariamente em três horários - 9, 15 e 19 horas - e substituirá o infantil **Catavento**. Pelas demais emissoras educativas, o **Rá-Tim-Bum** irá ao ar às 9 horas e às 12h30.

Escrito por Flávio de Souza e dirigido por Fernando Meirelles, o programa tem um acabamento sofisticado e sua produção consumiu cerca de US\$ 1 milhão, com dinheiro doado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). (O Estado de São Paulo, 30/01/90)

Banco Mundial exigiu programa

A criação do **Rá-Tim-Bum** poderá ajudar o governo paulista nas negociações que mantém junto ao Banco Mundial (BID) para obter um empréstimo de US\$ 250 milhões. No ano passado, técnicos da instituição financeira e da Secretaria de Educação (onde se pretende utilizar o empréstimo) fizeram um projeto para justificar a aplicação dos recursos. Uma das exigências feitas pelo Banco Mundial foi que o Estado contasse com um programa infantil alternativo à pré-escola.

Os técnicos do BID sugeriram ao governo paulista que gastasse parte dos US\$ 250 milhões com a compra de um pacote da **Vila Sésamo**, produzido pela empresa norte-americana Children's Television Workshop (CTW).

Se o BID aceitar o programa, o Estado terá duplo ganho: em primeiro lugar, economizará US\$ 4 milhões que seriam pagos como royalties para a CTW e terá dado um passo importante para fechar o empréstimo. (O Estado de São Paulo, 30/01/90)

Vandalismo faz cair as opções

Um fator que vem colaborar com a carência de salas de aulas no País é a depredação. Oitenta por cento das escolas da Rede Estadual de Ensino do Paraná foram depredadas por atos de vandalismo durante o ano passado e terão que passar por reparos. Segundo o diretor do Decon (Departamento de Obras e Construção do Estado), Martin Roeder, para promover os reparos indispensáveis, o Governo do Estado irá gastar aproximadamente

NCz\$ 40 milhões, quase 12% do orçamento do órgão para este ano.

Um exemplo é o déficit das carteiras escolares, que é de 35 mil unidades. No ano passado foram quebradas cerca de 15 mil carteiras.

Dados do Decon demonstram que com o dinheiro que é aplicado na correção de depredações, o Estado deixa de construir 30 escolas por ano. (Correio Brasiliense/DF, 28/01/90)

Alagoas deixa cinco mil sem escolas

Com 45% de sua população analfabeta, Alagoas vive atualmente um sério drama no setor educacional, pois caminha para aumentar ainda mais o índice de analfabetismo em consequência do fechamento de dezenas de escolas da capital e do interior do estado, o que provocará, este ano, o afastamento de cinco mil crianças, na faixa etária de 7 a 14 anos, das salas de aula. O quadro foi retratado pela própria secretária de Educação, professora Dione Moura.

Em Minas, 50% ou mais das crianças e jovens na chamada idade escolar, entre 6 e 19 anos, não freqüentam escolas e o estado tem 3,2 milhões de analfabetos e outros semianalfabetos, o que representa quase a metade da população.

Na Bahia, foram cadastrados, este ano, 90 mil crianças e adolescentes para os cursos de 1º e 2º graus. No ano passado, este número foi de apenas 36 mil alunos cadastrados. De acordo com Sônia Marback, diretora do SEEB, enquanto em 1989 a incidência maior era de alunos para a 1ª série do 1º grau, isto é, crianças que estavam fora da escola, este ano a busca por uma vaga na rede pública se diluiu em todas as séries do 1º e 2º graus.

Mesmo com a construção de 26 novas escolas no ano passado, deverão faltar salas de aulas no Tocantins, embora a secretária de Educação, Wadya Carvalho, insista em dizer que pouquíssimos alunos ficarão sem estudar este ano.

Sem-Terra exigem reabertura de Escola Rural

Os agricultores sem-terra que ocuparam a Subprefeitura de Tamarana, distrito de Londrina (PR), e fizeram o subprefeito Plínio Pereira de Araújo Jr. (PDT) e a professora Rita de Cássia Sá Durazini como reféns, libertaram às 21h do dia 6 o subprefeito. Eles aceitaram a promessa do prefeito de Londrina, Antônio Belinati (PDT), de encontrar uma solução para a falta de escola para 46 crianças das 38 famí-

lias sem-terra que ocupam a Fazenda Serraria, em Tamarana, desde agosto do ano passado. A professora foi libertada às 17h30 do dia 6.

No dia 7 à noite, os sem-terra e representantes de Belinati teriam uma reunião na fazenda Serraria para avaliar as propostas do prefeito.

Segundo Belinati, existiam duas propostas para solucionar o impasse, "já que legalmente não posso

manter uma escola em área de litígio".

A primeira proposta é que o município ceda um ônibus para levar os estudantes até a sede do distrito (16 km da fazenda). Se essa proposta fosse recusada, o prefeito disse que poderia então pagar "pessoalmente ou com amigos" o salário de uma professora para educar os filhos dos sem-terra. (Folha de São Paulo, 08/02/90)

MG não atende estudantes

As crianças pobres têm muitas dificuldades em conseguir ir além do 1º grau. A falta de recurso dos pais leva-as a disputar uma vaga nas escolas públicas, o que nem sempre conseguem. Seu mau rendimento escolar faz com que desistam logo nos primeiros anos de freqüentar a escola, só que esse fraco desempenho nada tem a ver com sua capacidade de aprendizagem. Pelo contrário, reflete meramente circunstâncias econômicas desfavoráveis.

Um relatório do Centro de Documentação e Informação Educacionais da Secretaria Estadual de Educação constatou que de 1981 a 1988 o ensino em Minas Gerais piorou e deixou de atender cerca de 70% das crianças e jovens que teriam de ser alfabetizados e educados.

Pelo relatório, que mostra toda a realidade do fracasso da educação no estado, em cada mil alunos que entram na primeira série do primeiro grau, só 220 chegam à oitava série e apenas 154 deles completam o curso e tiram o diploma. A evasão das escolas públicas é da faixa de 81,13%. (Correio Braziliense/DF, 28/01/90)

Verba da FAE é insuficiente

Milhões de estudantes de 1º grau da rede pública do País iniciarão o ano letivo sem livros. Em função do atraso na aprovação do orçamento deste ano, a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) do Ministério da Educação (MEC) conta apenas com NCz\$ 40 milhões necessários para a compra de 24,5 milhões de livros didáticos de Português e Matemática, a serem distribuídos a 12,5 milhões de crianças do 1º grau.

Os NCz\$ 24 milhões foram suficientes para a aquisição de apenas 4,5 milhões de livros, que começam a ser enviados às escolas no final de fevereiro. (O Estado de São Paulo, 28/01/90)

Material escolar sobe 2.121%

O material escolar sofreu no país um aumento de 2.121,34% no período de janeiro a dezembro de 1989, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), enquanto a inflação no mesmo período foi de 1.700%. Segundo o IBGE, em São Paulo o aumento foi de 2.064%. O item que mais encareceu o material escolar foram os cadernos. Segundo a Associação Brasileira dos Gráficos (Abigraf), o aumento no preço dos cadernos foi de 2.400%.

Quem paga caro pelo aumento são os pais que têm filhos em idade escolar. Para comprar todos os itens exigidos nas listas de material das escolas, os pais vão gastar em média de NCz\$ 2 mil a NCz\$ 2,5 mil.

Segundo Marcelo Sodré, 32, diretor do Grupo Executivo de Proteção ao Consumidor (Procon), os produtos de papelaria não têm como ser fiscalizados porque não são tabelados.

Sodré afirmou que os pais devem realizar pesquisas de preço antes de efetuar a compra para evitar pagar mais pelo produto. Ele disse que os preços mais baratos são os de grande papelarias, que oferecem descontos. (Folha de São Paulo, 28/01/90)

Mestres têm mais obrigações

Num país onde a qualidade de ensino é precária, as obrigações dos professores praticamente duplicam. Em alguns estados, os sindicalistas da área costumam falar que além de saber lecionar é preciso ter aptidões de mágico.

O quadro é ainda mais crítico em alguns estados do Nordeste. Em Alagoas, por exemplo, um professor de nível superior recebe pouco mais de NCz\$ 700,00 ao mês.

Isto equivale a quase a metade do salário mínimo, para quem tem uma carga horária de 20 horas semanais de trabalho. (Correio Braziliense/DF, 28/01/90)

Sem-terra bloqueiam estrada em SP

Cerca de 200 famílias de sem-terra bloquearam dia 7, com tambores, a pista do km 312 da rodovia Francisco Alves Negro, próxima a Itapeva (270 km a oeste de São Paulo), para chamar a atenção das autoridades para as condições em que estão vivendo depois que foram forçadas pela Justiça a abandonar as terras da fazenda Pirituba, que haviam ocupado em outubro

passado. Segundo um dos advogados dos sem-terra, que não quis ser identificado, a fazenda Pirituba pertence ao Estado mas "foi grilada por posseiros holandeses". Atualmente os sem-terra estão acampados ao lado da rodovia. O advogado disse que as famílias vivem sendo ameaçadas de morte pelos fazendeiros holandeses. (Folha de São Paulo, 09/02/90)

Pistoleiros expulsam lavradores

Cerca de 90 famílias foram expulsas dia 5, da Fazenda Caldatto, em Palma Sola (a 795 quilômetros de Florianópolis), por 20 pistoleiros fortemente armados, segundo denúncia de Francisco del Chiavon, coordenador do Movimento de Agricultores Sem-Terra em Santa Catarina. As famílias ocuparam a Fazenda Caldatto na noite do dia 3, depois de permanecerem desde setembro acampadas numa área próxima, aguardando a transferência para assentamento definitivo prometido pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária. No momento da ocupação, homens armados a serviço dos proprietários, Claudino Crestani e Nério Fregonesi, impediram a entrada de 240 famílias, e só 90 conseguiram consumir a ação. Chiavon informou que as famílias começaram a lavar a terra tão logo amanheceu, como forma de resistência. "A disposição é de não sair, pois os acampamentos provisórios representam a degradação do ser humano: não há trabalho nem assistência, e a fome é generalizada" explicou. No final da tarde, entretanto, a coordenação do movimento, sediada em Chapecó, a 150 quilômetros da área ocupada em

Palma Sola, recebeu informações de que cerca de 20 homens bem armados realizaram uma verdadeira "chuva de tiros" e obrigaram as famílias a voltarem para o minifúndio pertencente a Benjamin Dracheski, nas proximidades, que cedeu 1,5 hectare provisoriamente para quase 700 famílias, alojadas em barracos de lona.

Vistoria

A Fazenda Caldatto já foi ocupada quatro vezes por sem-terras em menos de um ano. São 7.500 hectares de área, dois terços dela sem nenhuma finalidade produtiva, e parcialmente desmatada pelos proprietários. Em Abelardo Luz, na Fazenda Santa Rosa, pertencente a Eunice Godin, outras 100 famílias fizeram ocupação no sábado, dia 2, num local onde já havia um acampamento com 420 pessoas. Os dois municípios têm a maior concentração de sem-terras do Estado. O superintendente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária em Santa Catarina, Elio Wolf, prometeu iniciar os trabalhos de vistoria das duas fazendas. Com vistas a futuras desapropriações. (Journal do Brasil, 06/02/90)

Polícia reprime ocupação de fazenda em MG

Na madrugada de terça-feira (23 de janeiro), 100 famílias de trabalhadores rurais sem-terra ocuparam de maneira organizada uma fazenda improdutiva no município de Iturama, no pontal do triângulo mineiro. Outras 150 famílias não chegaram até a fazenda, impedidas por um forte contingente policial, que cercou o distrito de Limeira D'Oeste, permanecendo lá até o presente momento. Os trabalhadores são, em sua maioria, assalariados temporários (bóias-frias) da cana e do algodão e prece-dem da periferia dos municípios de Iturama, Carneirinho, São Francisco de Sales e dos distritos de Limeira D'Oeste e Vila União.

No final da tarde do dia 23, por volta das 19 horas, policiais do batalhão de choque de Uberaba e jagunços da UDR cercaram o distrito de Limeira para evitar a saída das 150 famílias para a área ocupada. Nessa operação foram presos 3 trabalhadores: um do próprio distrito e 2 de Iturama (Edivaldo e Barroso), que já se encontram liberados em Iturama. Ao mesmo tempo, outro grupo de policiais, batalhão de choque e jagunços da UDR invadiram o acampamento, dispersando os trabalhadores (homens, mulheres e crianças) e fazendo 20 prisioneiros, entre eles, Maria Aparecida de Sousa (CPT/MG), Maria Aparecida Miranda (CUT/MG), Frei Rodrigo Aimme Peret (CPT/MG), entre outros. (Secretariado Nacional da CPT, 24/01/90)

Luteranos promovem assembléia histórica

A 8ª Assembléia Geral da Federação Luterana Mundial terminou dia 8 em Curitiba com a publicação de uma mensagem de 22 páginas sobre o tema "Ouvi o clamor do meu povo", onde é defendida uma nova ordem econômica internacional, o ecumenismo, o acesso das mulheres ao ministério religioso e a proteção ao meio-ambiente. A defesa do não pagamento da dívida externa pelos países do Terceiro Mundo deverá ser assumida pela Federação, que elegeu como presidente o brasileiro Gottfried Brake-meier.

A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), anfitriã da 8ª Assembléia Geral da Federação Luterana Mundial (FLM), que se realizou no campus da Pontifícia Universidade Católica, em Curitiba, de 30 de janeiro a 8 de fevereiro de 1990, esteve presente às sessões plenárias oficiais do encontro com uma delegação de sete pessoas, com direito a voz e voto.

A delegação brasileira foi liderada pelo presidente da IECLB, pastor Gottfried Brakemeier, e integrada pelo pastor Egberto Schwanz, de Blumenau, SC, a pastora Haidi Jarschel, de Mauá, SP, as leigas Íris Pedrotti, de Cuiabá, MT, Lilian Lengler, de Estrela, RS, e Marlene Rost, de Céu Azul, PR, e pelo delegado jovem, Rui Braun, de

Palmitos, SC.

A IECLB foi também responsável por toda a organização da 8ª Assembléia no Brasil. E para isso constituiu uma Comissão Regional, sob a coordenação do pastor Heiriz Ehlert, de Curitiba.

A comunidade luterana de Curitiba foi fundada em dezembro de 1866. Atuam hoje, na capital paranaense, nove pastores da IECLB, que atendem a 10 mil pessoas - menos de um por cento da população da cidade - em cinco paróquias. Duas delas - Norte e Sul - já são

áreas missionárias, embora o inchaço de Curitiba não aconteça na mesma proporção de outras capitais, como Salvador, na Bahia, ou Porto Alegre, observa o pastor Martin Merklein, da Paróquia Bom Pastor.

Os luteranos também mantêm em Curitiba o Colégio Martinus, com 2750 alunos matriculados, a Fundação Luterana de Assistência Social, responsável pelo asilo Lar Ebenezer, que dá abrigo a 66 idosos, e a creche Bom Samaritano. (Agen, 18/01/90)

Para IECLB, dívida externa está paga

Os cerca de 1,2 mil participantes da 8ª Assembléia Mundial de Luteranos, defenderam, durante o encontro, realizado em Curitiba, a suspensão do pagamento da dívida externa brasileira e a realização de uma "pressão moral" junto aos credores para anular a dívida. Segundo o presidente da Igreja de Confissão Luterana do Brasil, Gottfried Brakemeier, os participantes consideram a política de juros "injusta" e acreditam que a dívida "já foi paga". Brakemeier foi eleito dia 7 presidente da Federação Luterana Mundial.

Brakemeier diz que a dívida já foi quitada com o pagamento dos

juros e a fuga de capitais no país nos últimos anos. Para ele, as igrejas luteranas podem "fazer valer sua voz" na defesa da anulação da dívida.

Segundo a Federação Mundial, existem 55 milhões de luteranos no mundo.

A proposta de suspensão do pagamento da dívida foi feita dentro dos debates sobre a Teologia da Libertação pelos representantes de 105 igrejas de 90 países na assembléia, que terminou dia 8. A Teologia da Libertação tem sido muito discutida pelos luteranos na América Latina, Ásia e África. (Folha de São Paulo, 08/02/90)

Aconteceu

CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fds.
22241 Rio de Janeiro RJ

Av. Higienópolis, 983
01283 São Paulo SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL